e-ISSN 1981-9021
APRESENTAÇÃO – DOSSIÊ MARGENS DA EDUCAÇÃO EM GEOGRAFIA

ABORDAGENS MARGINAIS NA EDUCAÇÃO EM GEOGRAFIA

MARGINAL APPROACHES TO GEOGRAPHY TEACHING

ENFOQUES MARGINALES EN LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA

Hugo Heleno Camilo Costa[a]
Maria Inez Carvalho[b]
Lorena Lopes Pereira Bonomo[c]

[a] Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil
[b] Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Brasil
[c] Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

DOI: 10.12957/geouerj.2023.81087

Correspondência:
hugoguimel@gmail.com

Margens da Educação em Geografia. Tratamos aqui de um dossiê para suscitar conversas marginais sobre a educação em geografia. Interseções, margens, limiares, tensões. Um convite para uma encruzilhada que atrai parte do que vem sendo produzido como criação e invenção de marginalidades neste campo. Focalizamos uma reunião de artigos voltados a distintos fenômenos/temas, interessantes ao campo, lidos como marginais. Nossa inspiração deriva-se da provocação de Jacques Derrida (1991) a uma operação intelectual às margens, no sentido de conceber que não deixamos de lidar com aquilo que criticamos, mas estando marginalmente (dentro e fora), como resposta ao que criticamos, passamos a atuar em uma perspectiva marginal, como quem problematiza, limites, fronteiras, binarismos, espaços comuns, centralidades, cernes do pensamento, suposições de plenitude, padrões, fundamentos e pressupostos lidos como seguros. Tem-se, então, um convite a produções que acontecem de forma marginal aos cânones, que abordem estudos sobre diferença, processos de inclusão, produções periféricas, questões étnicas, experiências curriculares/formativas outras, outros cursos de vida que acontecem na relação com a educação em geografia em distintos contextos.

O que acontece na educação em geografia menor? E as emersões *instituintes* desta Educação? Estão, aqui e acolá, nos mais diversos territórios – discursivos, concretos, imaginários, culturais. Territórios estes que estão "a 2 passos" (licença poética e não literalidade) do instituído. E qual será o instituído desta geografia? Diremos, talvez polemicamente, que há um *instituído imaginário* pelo qual se mantém aquele modelo centenário de uma educação em geografia assim definida: descritiva, decoreba, precisa, neutra, apolítica, um espaço apresentado sem contradições. Porém, em qualquer varredura, mesmo superficial, pelas ideias lavradas em textos oficiais atuais, portanto pretensamente instituídos, mostra-se que este modelo cartesiano está, no mínimo, muito borrado.

A persistência do que chamamos de instituído imaginário pode ser aventada pela manutenção de quadro teórico que tem como critério constitutivo e fundante do discurso político/científico a crença na

2023 Costa, Carvalho, Bonomo. Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons BY-NC-SA 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comercias, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

aplicação de normatizações, pela qual (aplicabilidade) a reprodução (repetição) gera o mesmo. Deslocando-se este quadro e apostando-se que a aplicabilidade é a "aventura da impossibilidade" e que a reprodução (repetição) gera diferença, vislumbra-se que o instituinte é mais forte que o instituído, e, portanto, os territórios estão por aí devindo, sempre, uma educação em geografia outra¸ mas marginal aos cânones. Jogos curriculares com operações intelectuais, teóricas ou empíricas que, movimentando-se às margens, deslizam para dentro ou para fora dos fluidos limites entre o instituído e o instituinte.

Este quadro teórico evocado, no qual o critério constitutivo é que a repetição gera diferença, deriva-se da consideração de que os jogos curriculares – independente se da educação em geografia ou não – inventam-se por força e fluxo de saberes/fazeres, engendrando-se na e pela desconstrução, em uma tensão marginal contínua.

Pensamos as ressonâncias destes marcadores constitutivos a partir de algumas elucubrações, não sem violência. Os jogos curriculares operam em dinâmicas discursivas que nos deslocam para sermos o que nos tornamos provisoriamente, jamais permanecermos os mesmos. Sendo assim, tentativas oficiais ou oficiosas de homogeneização tendem ao fracasso. A homogeneização só é possível por uma imagem-cristal que nos dá a ver o passado puro (sic) e propor um porvir, portanto, com um forte estabelecimento de metas e quejandos. Quando é acionada uma imagem-fábula, em que passado, presente e futuro substanciam-se em camadas intercessionadas, onde a relação não se dá por semelhança, mas se confunde com o próprio processo de constituição de um conjunto, ou se quisermos de uma imagem, a homogeneização é impossível. A dimensão do passado não é, portanto, um reservatório de imagens, que nos permite antever o futuro, mas uma coexistência de dimensões temporais; coexistência profunda na qual a imagem atual, ao tempo em que não nos deixa entrever, é a condição nebulosa de sua existência.

Os jogos curriculares são dinâmicos de diferentes forças e fluxos de saberes e fazeres de mobilização coletiva que provocam subjetivações. Sendo assim, as tentativas oficiais ou oficiosas de construção de sujeitos autônomos, – autores – também tendem ao fracasso. O sujeito está morto? O sujeito já esteve vivo ou ao menos forte? As tentativas de matar Deus e seus mundanos príncipes soberanos, não pertenceriam ao campo do desejo da presença de uma centralidade humana com a condição de varrer da Terra pandemias e guerras? Porém, as centralidades são moventes entre os elementos humanos, naturais e artificiais, portanto, cotidianamente as pessoas, professores ou não, são apenas mais um elemento, são nomes.

Os jogos curriculares acontecem nas invenções, conscientes ou não, da singularidade em contexto de práticas. O mundo, em sua construção por acontecimentos (Derrida, 1996), é um mundo sempre em movimento devindo em singularidades/diferenças, irreversível. Sendo assim, as tentativas, oficiais ou oficiosas, de idealizações teóricas a serem aplicadas, como ficções, não podem ser realizadas.

Estas elucubrações não pretendem descartar que mesmo nos jogos curriculares mais contra homogêneos existam operações pontuais afeitas à homogeneização, incentivadoras da autoria docente, críticas a certas tradições, operantes no modo cartilhamento e, muito menos há a anulação dos desejos. Daí a perspectiva marginal. Se a produção curricular é fluxo, é provisório, é movente; é encenação afeita à radicalidade e, não, à profundidade. Assim, temos que sem fortes fundamentos pensamos em um *jogo fraco,* introduzindo irregularidades às tentativas de codificação modelares, é também um jogo Menor, sempre desenvolvendo compulsoriamente novas experimentações: fracas e Menores, sem controle que reativam o âmago da impotência, como potência máxima de produção curricular. Tais nutridos palpites, finitos e provisórios, emergem de estranhamentos, agenciamentos, de natureza social, entre saberes e fazeres em um constante movimento de atualização pelo qual são desmanchados, hibridados, deslocados, deslizados, traduzidos, ou seja, compulsoriamente infiéis aos tais originais.

São esses pensares a moverem a convocação deste dossiê, uma busca pela problematização das expectativas de centralidade por meio de produções marginais, mirando um movimento centrífugo e, ao mesmo tempo, visando produzir uma encruzilhada de contares (narrativos, descritivos, analíticos, perceptivos) sobre territórios diversos onde ocorrem os jogos curriculares da educação em geografia, aqui pensados como marginais.

São 22 artigos para apreciarmos estas plurais marginalidades. O primeiro deles, intitulado "FABULAÇÕES DO LUGAR: a criação de mundos na geografia escolar", de Vitor Marques, é forjada em um exercício de fabulações com/no campo do currículo na pesquisa em educação em geografia. Propõe, em tentativas de entregas ao contingencial e ao mundo em sua absurdidade, a compreensão da fabulação de lugares como forma de potencializar a criação de mundos na geografia escolar, não se fechando em uma resposta, mas abrindo-se para multiplicidade dos corpos no lugar. Como cenário, aposta na composição de fabulações de uma Cartografia Profana realizada com estudantes do oitavo ano de uma escola estadual, localizada no Centro Histórico de Salvador – BA e/com intersecções ficcionais do corpo-pesquisador. O texto é tecido a partir de cinco correspondências por e-mail – em que se encontram diluídos o referencial teórico, a metodologia e os resultados – enviadas para um personagem conceitual deleuziano, o Nômade. Vislumbra-se, assim, a fabulação no campo da educação em geografia como uma forma de criação, em um novo real, que fazem crer em modos de existência outros.

O artigo "VIDA QUE ACONTECE EM ONDAS: a natureza na educação em geografia", de Maria Inez Carvalho, focaliza (des)encontros caóticos para devires outros. Está estruturado em três sessões: a. *Expressões do Conteúdo* na qual o dilema da fragmentação Geografia Humana/Geografia Física é problematizado gerando a pergunta: Frente a este cenário, qual(is) seria(m) a(s) operação(ões) intelectual(is), às margens, que nos possibilitariam quadros geográficos outros, também, empiricamente? Qual seria a problematização aos moldes deridianos que nos localizaria dentro e fora? b. *Expressões da Produção* pelo qual se defende que o pensamento é sempre enquadrado por Frames derivados de experiências de vida e que se produz conhecimento não apenas racionalmente, sendo a percepção fundamental, c. *Expressões da forma* pela qual é relatada visita ao Museu da Natureza no Parque Nacional da Capivara. Visita engendradora de pensares que forjaram a proposição de ativar o conceito de Natureza na educação em geografia. Na finalização, *(Des)encontros caóticos,* marcando que as expressões se encontram caoticamente reativando hegemonizados frames ou forjando frames outros, propõe que a educação em geografia via significações outras do conceito de Natureza possibilitaria pensares de uma ecologia radical pós-humanista. Um devir-natureza.

Na sequência, o artigo "UM ENCONTRO VIBRANTE: a escola, o corpo e a produção do espaço", de Victor Pereira de Sousa e Thiago Ranniery, parte da afirmação de que na última década o campo da Geografia tem sido marcado por uma forte presença do corpo em estudos e pesquisas, especialmente no que tange ao processo de produção espacial. Ao entender a escola como um espaço produzido e o corpo como um elemento constituinte da produção espacial, o argumento deste texto é que o encontro entre a escola e a Geografia ocorre por meio do corpo. Isso pressupõe uma fuga da relação primeira entre Geografia e escola por meio da lógica do ensino reduzida ao objeto epistemológico. Seguindo os rastros de uma Geografia corporificada, esse encontro representa uma dinâmica contínua de relação com a diferença, que o interpela e o constitui. Recorrendo a uma experiência compartilhada no espaço escolar como disparador para as discussões neste texto, os autores realizam um exercício de pensamento, que incorpora as experiências sensoriais do corpo. O argumento desenvolvido busca pensar a diferença como um eco, desmantelando a lógica binária que constrói a diferença como um outro diferente e, deste modo, reimaginar a produção do espaço escolar a partir da implicação e da infinitude que a espacialidade do corpo arrasta.

Em "ANOTAÇÕES SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA NOS ANOS 60", de Bruno Nunes, aborda um programa de pesquisa cujo propósito é empreender uma genealogia do ensino de Geografia no Brasil e, para

isso, lança olhares sobre os cursos de férias para aperfeiçoamento de professores prestados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em parceria com o Conselho Nacional de Geografia, na década de 1960. Tomando por base essa perspectiva, o texto alavanca um apanhado geral dessas formações docentes, acompanhado da descrição das concepções didáticas e pedagógicas consideradas como legítimas pelos ministrantes dos cursos. Ao seu término, o texto considera que caberia aos pesquisadores alojados na chamada renovação da Geografia escolar, ocorrida supostamente entre os anos 1980 e 1990, realizar uma autocrítica das suas principais narrativas. Afinal, a formação de alunos críticos, ativos, protagonistas e democráticos levada a cabo pelo construtivismo pedagógico já encontrava campo de ação no ensino de Geografia muito antes da apregoada "virada radical".

O artigo, "A REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA ESCOLAR MODERNA: disputas na tradição escolar e produção de manuais didáticos", de Thiago Manhães Cabral, é situado no campo das relações entre a história das disciplinas escolares e o desenvolvimento de cursos universitários no Brasil, e tem por objetivo abordar os números da Revista Brasileira de Geografia (RBG) do período 1939-1945, especialmente na seção "Tipos e Aspectos do Brasil", buscando compreender o domínio político-editorial da escola carioca de Geografia e do IBGE sobre tais publicações e reconhecendo os princípios de cientificidade acionados textual e imageticamente, assim como as reverberações dessas publicações sobre o discurso geográfico escolar moderno. Metodologicamente, este texto é estruturado em três momentos: (I) Discussão do método; (II) uma breve explanação sobre dois momentos de periodização da Geografia Escolar brasileira; e (III) as análises empreendidas sobre os números da RBG e uma discussão sobre sua relação com a produção de manuais didáticos de geografia. Ao final, defendemos que as publicações da RBG suturam politicamente um sentido de geografia ao adentrarem os manuais didáticos brasileiros, em contraposição aos princípios de cientificidade defendidos pela Geografia Paulista.

O artigo de Joélica Pereira de Lima, intitulado "DISCURSO DIALÓGICO ENTRE CONCEITOS DE BAKHTIN E O DESENHO ANIMADO IRMÃO DO JOREL PARA UMA AULA DE GEOGRAFIA", considera que as tecnologias tem invadido cada vez mais os ambientes escolares e que os docentes procuram acompanhar essa corrida, trazendo novas formas de dinamizar as aulas de Geografia. Mas, por vezes, esquecem que tecnologias não tão modernas, como a televisão, continuam em uso frequente pelos jovens. Assim, o texto projeta a ideia de que os desenhos animados fornecem uma forma lúdica de abordar o Ensino de Geografia, por meio de uma linguagem acessível. Nesse sentido, desenvolve uma análise em Irmão do Jorel, que vai com sua família ao shopping, e embarca em uma aventura nesse universo que é símbolo do Capitalismo. Propõe-se, ao longo do estudo, um dialogismo entre conceitos bakhtinianos e o Irmão do Jorel, como autobiografia, carnavalesco, polifonia.

O artigo de Helena Callai, "CARTOGRAFIA ESCOLAR, UMA LINGUAGEM DA GEOGRAFIA ESCOLAR", trata da discussão acerca da cartografia e da educação geográfica, considerando que a cartografia é uma das linguagens da Geografia especialmente nos contextos escolares. Aborda os entendimentos iniciais acerca dessa relação a partir dos pressupostos de uma educação geográfica. Apresenta um Atlas escolar do município de Ijuí produzido para escolares do Ensino Fundamental e a seguir apresenta resultados de entrevistas realizadas com professores que destacam suas lembranças de uso da cartografia e as proposições de como trabalham atualmente com a cartografia especialmente nos cursos de formação docente. Os dados produzidos retratam a realidade do ensino escolar que no caso se caracterizam tradicionalmente por: - a cartografia como um elemento visual com práticas de pintar mapa e rosa dos ventos e fazer os contornos,- como auxiliar em diversos conteúdos disciplinares denotando o caráter interdisciplinar de seu uso; e atualmente:- como aparato instrumental e tecnológico no contexto das metodologias ativas; e como linguagem da geografia e construção de estratégias de uso do material para aprender os conteúdos e a possibilidade de fazer analises geográficas. Conclui que em uma cartografia escolar pode ser importante

alimentar a ideia de uma alfabetização cartográfica reforçando o hábito de ter o olhar espacial e assim construir um pensamento espacial agregando as informações e com atitude crítica produzindo um conhecimento pautado pelo pensamento geográfico. E principalmente interessa contribuir na formação de uma geração que aprenda pensar o espaço para nele construir as possibilidades de mobilização para superação das desigualdades sociais em busca da justiça espacial que reflete a justiça social neste mundo atual.

Em "POSSIBILIDADES DE ABORDAGEM DA GEODIVERSIDADE NO ENSINO DE GEOGRAFIA", de Thales Vargas Furtado, Jairo Valdati e Maria Carolina Villaça Gomes, o conceito de Geodiversidade é apropriado como possibilidade de compreensão de toda a diversidade dos elementos abióticos da Terra, considerando componentes geológicos, geomorfológicos e pedológicos, como as rochas, o relevo, a hidrografia, o solo e a paisagem. Compreende-se que a paisagem corresponde a um conceito chave da geografia, que pode ser identificada, sobretudo, a partir de formas, processos e depósitos, aos quais podem ser atribuídos valores, destacando-se o educativo. Nesse sentido, este estudo busca propor formas de abordagem da geodiversidade no ensino de geografia física na Educação Básica. Observa-se que as formas de relevo e compartimentos geomorfológicos são conteúdos que permeiam todo o ensino fundamental, nos anos finais, a exemplo do sexto ano através do conceito de paisagem, no sétimo com os aspectos físicos-naturais e no oitavo e nono ano com as ocupações e relações humanas sobre o ambiente. No entanto, não há qualquer abordagem clara sobre a geodiversidade e seus desdobramentos conceituais, como a geoconservação. Além disso, constatou-se que é através dos diferentes elementos de paisagem que o conceito pode ser abordado de acordo com os documentos oficiais educacionais na geografia escolar. Dessa maneira, este estudo possibilita discutir o conceito de Geodiversidade em relação à sua importância educacional no ensino de geografia física na educação básica, propondo estratégias pedagógicas para trabalhar o conceito a partir dos conteúdos e habilidades dispostos na BNCC, no âmbito das ciências humanas.

O artigo "IMAGENS DA NEGRITUDE NO CONTEÚDO DE AMÉRICA EM LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA", de Patrício Pereira Alves de Sousa e Ana Maria Martins Queiroz, analisa as imagens do sujeito negro no conteúdo de América em livros do oitavo ano de duas coleções didáticas: *Araribá Mais* e *Expedições Geográficas*. A pesquisa se desenvolveu em duas etapas: i) revisão bibliográfica sobre a educação para as relações étnico-raciais, o livro didático e o negro americano; ii) análise de conteúdo das imagens do negro americano nos livros selecionados, observando quantitativa e qualitativamente as ausências e presenças desses sujeitos. A investigação permitiu identificar que embora não sejam raras as imagens da negritude, elas mantêm posições subalternizados para pessoas negras, pouco referenciam a negritude na América, não retratam a diáspora africana e se concentram em representações contemporâneas dos povos negros. A conclusão do artigo destaca a necessidade da manutenção qualificada do PNLD e sua importância para uma educação antirracista.

Allan Carvalho Rodrigues, Diego Carlos Pereira e Tiago Dionisio, por meio do artigo "ENSINO DE GEOGRAFIA E O COTIDIANO: novos territórios curriculares", têm como ideia central pensar no diálogo do Ensino de Geografia com o campo do Currículo. Sendo assim, utilizam os estudos nos/dos/com os cotidianos para defender teórica e metodologicamente aquilo que tem sido praticado nas pesquisas doa autores. Qual o lugar do Ensino de Geografia no currículo? Como tem sido experimentada a Geografia e Escola? Apontam que é necessário perceber aquilo que se tece dentro dos cotidianos escolares. Assim, para pensar no currículo de Geografia se faz necessário pensar em um mundo a partir dos seus processos de desigualdades e exclusões, onde a escola e seus sujeitos são partes indissociáveis desse processo. É necessário imprimir um sentido ético e político para se posicionar no mundo conscientemente como um espaço público e democrático de direitos e deveres.

O artigo “RAP E EDUCAÇÃO, RAP É GEOGRAFIA: Oficina para crianças”, de Victor Hugo Sodré da Silva e Ana Claudia Ramos Sacramento, parte da concepção de que o Hip-Hop, como movimento cultural que surgiu na década de 1970 em bairros marginais de Nova York, nos Estados Unidos, é composto por quatro elementos principais: o Rap, a dança break, o DJ e o graffiti. A relação entre o Hip-Hop e a educação tem sido explorada por muitos pesquisadores e profissionais da área, que veem no movimento uma forma de engajar jovens em processos educativos mais significativos e relevantes para suas vidas. O texto objetiva trabalhar as potencialidades da expressão musical do Hip-Hop, o Rap, como uma ferramenta pedagógica possível no ambiente educacional, por meio do ensino da Geografia, promovendo oficinas para crianças da periferia de São Gonçalo-RJ. Dessa maneira, a metodologia da oficina foi desenvolvida para trabalhar a temática urbana da cidade de São Gonçalo. Como resultados, salientam que foram ensinados conceitos e conteúdos geográficos, como também, promovido o pensamento crítico nos alunos. Consideram que há um incentivo, dessa forma, ao desenvolvimento da leitura e da escrita, através da discussão das experiências vivenciadas pelas crianças na cidade; explorando o potencial histórico e cultural do seu lugar e valorizando, ainda mais, a colaboração e o trabalho em equipe desses alunos.

O artigo “O CINEMA DE ANIMAÇÃO NO ENSINO DE GEOGRAFIA: potencialidades para além da reprodução do ‘real’”, de Anderson Luiz Rodrigues de Oliveira e Flaviana Gasparotti Nunes, focaliza a pouca utilização do cinema de animação para se trabalhar conteúdos/temas da Geografia. A presença reduzida das animações em sala de aula pode ser explicada por uma prática assentada na concepção instrumental e ilustrativa do cinema que prioriza a representação da realidade dos conteúdos, ou seja, uma certa verossimilhança entre os filmes e o real. Em vista disso, busca-se discutir as potencialidades do cinema de animação a partir do filme “O Menino e o Mundo”. Destaca algumas imagens/momentos do filme para demonstrar que uma das potencialidades do cinema de animação no ensino de Geografia pode estar justamente em sua capacidade de produzir formas e estéticas que não buscam necessariamente a reprodução do real. Assim, conclui que o próprio afastamento do cinema de animação em relação à “realidade fotográfica” pode se apresentar como potencialidade na discussão de temas e questões geográficas.

Ricardo Luigi e Regina Célia Frigério, no artigo “DIÁLOGOS DOCENTES PELA AMÉRICA LATINA: formação de professores de Geografia entre saberes e narrativas”, têm como objetivo apresentar a proposta desenvolvida no projeto “Diálogos Docentes”, mais especificamente em sua segunda edição, dedicada ao compartilhamento de saberes com professores de Geografia da América Latina. Nessa perspectiva, realizaram-se encontros virtuais com quatro docentes de diferentes países (Equador, Costa Rica, Colômbia e Argentina), que relataram sobre suas experiências com as aulas online, falando sobre seus dilemas e descobertas, compartilhando também seus saberes sobre as geografias de seus países. A escolha pelos professores e pelos países se deu pela viabilidade de contatos e práticas pedagógicas já estabelecidas anteriormente e que pudessem contribuir com a formação inicial dos licenciandos em Geografia. Como transbordamento do projeto e parte da sua perspectiva interdisciplinar, pretendeu-se contribuir também para o estímulo ao intercâmbio e ao conhecimento sobre a G(g)eografia e a organização da educação nos países de onde vieram os docentes dialogantes. O diálogo entre docentes da América Latina era composto por diversos tipos de dialogantes: os docentes da universidade, autores do texto; os docentes em formação na universidade, interlocutores destacados de todo o trabalho; e os docentes que se propuseram a dividir suas narrativas, completando esta polifonia.

O artigo “GEOGRAFIAS AFECTUOSAS E O ENFRENTAMENTO À DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE”, de Lilian Barcella Agliardi e Ligia Beatriz Goulart, é um estudo cartografado, fruto da multiplicidade de encontros, de afecções e se propõe a examinar o fenômeno da distorção idade e série no Brasil, em especial, o contexto do município de Capivari do Sul/RS. Essa escrita corresponde à parte teórica, caracterizando-se por ser bibliográfica. Focaliza o território como categoria geográfica e os conceitos de travessias e des-re-

territorialização para realizar as análises e discussões que surgem da investigação. No entanto, a pesquisa se conecta a outros campos de conhecimento, como a Educação, a Filosofia e a Ecologia. Opta por discutir a potencialidade de criação de políticas públicas educacionais, em microescalas, junto ao projeto Trajetórias Criativas e, com isso, estando à margem de sistemas de ensino que (re)produzem a distorção idade-série. Reflete, também, sobre o *fazer com* para (re)agir à lógica neoliberal que se infiltra nos territórios escolares. Assim, entre flertes e escapes, não se banaliza essa perspectiva perversa que ronda a educação, mas joga-se com ela para freá-la, já que não é possível pará-la por completo, como se fosse possível estar dentro e fora da racionalidade neoliberal, em um enigma paradoxal.

Em "UM MAPA COMO NARRATIVA ERRANTE: derivas entre geografia, educação, política e desejos com crianças na escola", de Lorena Lopes Pereira Bonomo e Luciana Pires Alves, aborda-se um mapa e modos de cartografar realizados com crianças, que sugerem uma educação (em geografia) que se responsabiliza. Em suas errâncias, *contam para a gente e com a gente contam* para expressar desejos - individuais e negociados - para um terreno baldio no entorno da escola. Abandono resultado da negligência do Estado e do ardil da empresa construtora de um *shopping center*, posicionando em permanente tensão o cotidiano local. O que podemos contra a gentrificação? Lógicas contra-hegemônicas, fabulação e sentidos de coletivo são irradiados – política e poeticamente - quando de maneira tática localizam bazar, mar, casas, trabalho, lazer e escola, em resposta. Margeiam com as autoras em interlocução sobre imaginações geográficas, desenhos e cartografias em deriva: Barbieri (2023), Massey (2007), Deligny (2015) e Oliveira Jr (2012). Encontram assim um jeito de aproximar e narrar brincante, à altura das infâncias, dialogando com Benjamin (2012) e Agamben (2005). Convocado, o saber técnico acionado na extensão universitária permitiu compreender a cilada do capital, já intuída pela comunidade: a construção seria impossível sem a incorporação da escola. Questionam, por fim: o que podemos, geograficamente, a favor da educação pública?

O artigo de Jussara Fraga Portugal e Raul Reis Amorim, intitulado "CONFESSO QUE APRENDI: narrativas de formação em Geografia", intenciona, a partir da análise e interpretação de narrativas de licenciandos em Geografia, bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e de Programa Residência Pedagógica (PRP), compreender como as situações formativas no âmbito dos subprojetos, desenvolvidos na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *campus* XI, potencializaram a aprendizagem da docência em Geografia. Trata-se de uma pesquisa narrativa, cujas fontes foram as narrativas escritas (memoriais) e orais (entrevistas narrativas). As narrativas que compõem a escrita do texto versaram sobre o inventário das experiências vividas no devir das ações dos subprojetos com o objetivo primordial de qualificar a formação inicial do professor de Geografia por meio de proposições didático-pedagógicas ancoradas nas diversas linguagens e nas Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs). As narrativas versam sobre os desafios da docência no contexto pandêmico e revelam aprendizagens significativas ao descrever as atividades planejadas e adaptadas mediante a imposição do distanciamento social, do fechamento das escolas e da adoção do(a) ensino/formação remoto(a) emergencial.

O artigo "COGITAR UMA HISTÓRIA MARGINAL DA GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO: uma abordagem via políticas de currículo", de Hugo Heleno Camilo Costa, aborda as mudanças pelas quais vem passando a geografia no Ensino Médio no Brasil. Considera, para pensar tais mudanças, os sentidos produzidos na hegemonia de discursos que defendem a integração curricular nas políticas públicas. Especificamente, focaliza relações tramadas entre a geografia e a interdisciplinaridade, compreendendo tais nomes como momentos da política em que acontecem articulações em torno das ideias de integração. Com as contribuições da teoria do discurso, de Laclau, e do pensamento da Desconstrução, de Derrida, propõe uma abordagem discursiva para problematizar como a geografia tem sido significada, em diferentes contextos políticos, em suas relações com o nome interdisciplinaridade. Empiricamente, discute documentos curriculares nacionais através do quais busca matizar traços críticos à organização curricular por disciplinas e a defesa recorrente à integração

curricular como horizonte para a formação. Com este enfoque, julga também ser possível pensar uma leitura alternativa/marginal sobre uma história da disciplina escolar geografia, a partir das contribuições dos estudos curriculares em um registro pós-estrutural.

O artigo "ENSINO DE GEOGRAFIA, CIDADÃO E CIDADANIA: disputas discursivas na Base Nacional Comum Curricular", de Gabriela Fernandes Jordão e Rafael Straforini, tem por objetivo discutir como os significantes cidadão e cidadania são operacionalizados no Ensino de Geografia, sobretudo a partir de temáticas relacionadas à cidade. Apoiado nos fundamentos da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau, tensiona os documentos curriculares, mais especificamente a Base Nacional Comum Curricular, procurando compreender que ambos os significantes são mobilizados como pontos nodais que hegemonizam sentidos próprios de conhecimento geográfico escolar.

O artigo "A NOÇÃO DE ESPAÇO AO ENSINO DE GEOGRAFIA NA BASE CURRICULAR CATARINENSE", de Adriana Maria Andreis, tem por objetivo discutir os discursos envolvendo a noção-chave *espaço*, no componente curricular Geografia no Currículo Base do Território Catarinense do Ensino Fundamental. Com amparo na abordagem fenomenológica-hermenêutica, foram utilizados elementos da Análise Textual Discursiva como metodologia para a imersão no documento, emersão de categorias e elaboração de compreensões. A investigação sinaliza a importância de se entender a relação entre o espaço e o espaço geográfico enquanto objeto de estudos ao ensino de Geografia na escola. Nessa interface, indica o cuidado com: a base teórica dessas noções que servem ao ensino, a relação com o âmbito do vivido, a articulação entre a cidade e o campo, e a especificidade e conexão com o tempo histórico. Esses resultados apontaram ao compromisso com os conceitos no documento de política curricular, ao conhecimento disciplinar como base para o trabalho interdisciplinar e à potencialização dessa perspectiva na formação continuada de professores.

O artigo de Carolina Lima Vilela, denominado "CURRÍCULO DA GEOGRAFIA ESCOLAR: de onde se produz o sentido de mínimo comum?", explora a dimensão espacial implicada na produção do sentido de currículo nacional em Geografia. Parte do princípio de que uma das expressões importantes de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o texto dos livros didáticos. Assim, investiga o local de formação e atuação profissional dos autores e autoras das obras do Programa Nacional do Livros Didático (PNLD) de Geografia mais recentes. Os resultados mostram que existe uma enorme concentração espacial da atuação dos sujeitos envolvidos nessa produção, especialmente no estado de São Paulo. Uma vez que o espaço é um dado ativo na construção de subjetividades, tal concentração é vista como algo problemático. Afinal, quando se considera a complexidade das realidades presente no espaço brasileiro e a forte influência que o currículo nacional exerce na formação de mentalidades, é urgente defender a pluralidade espacial daqueles que vem sendo autorizados a produzir seus sentidos hegemônicos.

O artigo "A ESCALA E O CURRÍCULO: em debate a política na educação", de Ana Angelita da Rocha, problematiza a centralidade da escala nas políticas educacionais, em particular, nas políticas curriculares. Para adensar empiricamente o lugar da escala na educação, ensaia a análise do "Glossary of Curriculum Terminology " (UNESCO/International Bureau of Education). A hipótese do texto reside no currículo como política de escala. Para tanto, articula o debate da teoria curricular (LOPES, 2015, MACEDO, 2012,2019) com a teoria política (MOUFFE, 2011) e a epistemologia da escala, desenvolvida por Moore (2008). A intenção é questionar a função da escala nas políticas educacionais, haja vista que não se trata de uma mera adjetivação do nível de governabilidade das ações curriculares, mas uma operação dos antagonismos na relação entre as instituições e os currículos.

Phelipe Florez Rodrigues e Maria Carolina Da Silva Caldeira, no artigo "UMA LEITURA PARA A BNCC: de qual currículo e de qual geografia estamos falando?", assumem como objeto de análise a Base Nacional Comum Curricular - BNCC no recorte dos anos finais do ensino fundamental e sua interface com a

Geografia. Assumem como foco de problematização a constituição de um discurso curricular articulado com dois elementos proeminentes na política em debate, quais sejam as significações projetadas sobre os nomes competências e nacional que tentam definir encaminhamentos comportamentais, disciplinares e homogeneizantes sobre a Geografia. Lançam mão de uma perspectiva discursiva, sobretudo, na discussão foucaultiana sobre discurso, verdade e poder, para problematizar a constituição das hegemonias discursivas na política da BNCC. Na análise articulada entre políticas curriculares e a Geografia, dialogam com atores da comunidade disciplinar para argumentar que o caráter negligente e de esvaziamento, que caracteriza a proposta para a Geografia nos Anos Finais do Ensino Fundamental, é efeito de uma política curricular centrada em uma noção estanque, homogênea e limitante sobre um projeto de formação de escala nacional de sujeitos competentes.

Que os encontros, atravessamentos e traduções, que passam também por aqui, apoiem inspirações a pensar no que podemos fazer e ainda não havíamos cogitado na relação com a educação em geografia. Boa leitura.

Referências

CARVALHO, M. **A escola fraca da segunda ruptura curricular: um relato sobre um a-com-tecer pós-doutoral.** Braga: Relatório Final (pós-doutorado), UMinho, 2016.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Kafka - por uma literatura menor.** Trad. Rafael Godinho. Lisboa: Assírio e Alvim, 2003.

DERRIDA, J. **Margens da Filosofia**. Campinas: Papirus, 1991.

_____. H**istória da mentira: prolegômenos.** Estudos Avançados, v. 10(27), 1996.

GALLO, S. E**m torno de uma educação menor: variáveis e variações**. Trabalho encomendado para a 36° Reunião Nacional da ANPED, Goiânia (2013).

MARQUES, V.; CARVALHO, M. Jogo-Formação do Eterno Retorno. Série-Estudos - P**eriódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, [S. l.], v. 27, n. 61, p. 273–301, 2023.

OLIVEIRA JR., W. Grafar o espaço, educar os olhos: rumo a Geografias menores. In: **Proposições**, Campinas (Unicamp), v. 20, n. 3 (60), p. 17-28, set./dez. 2009.

PIMENTEL, M. **Fabulação: a memória do futuro**. Tese - (Doutorado em Letras) PPG em Letras, PUC-RIO, Rio de Janeiro, 2010.

VATTIMO, G. O **fim da modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.